

The
Economist

O Brasil em um atoleiro

*
EDITORIAL

©2015 THE ECONOMIST NEWSPAPER LIMITED.
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Em sua campanha pela reeleição como presidente do Brasil, no ano passado, Dilma Rousseff pintou um quadro auspicioso da sétima maior economia do mundo. O pleno emprego, salários em alta e benefícios sociais eram ameaçados somente pelos perversos planos neoliberais dos seus oponentes. Dois meses depois de ela iniciar seu novo mandato, os brasileiros descobrem que foram logrados com falsas perspectivas.

A economia do Brasil está um caos, com problemas muito mais importantes do que o governo admite ou os investidores parecem registrar. A letárgica estagnação na qual o País mergulhou em 2013 vem se transformando numa recessão em grande escala e provavelmente prolongada. Os investimentos, com uma queda de 8% em relação ao ano passado, ainda poderão cair muito mais. O enorme escândalo de corrupção na Petrobrás, a gigante estatal do petróleo, envolveu várias das maiores construtoras do País e paralisou os gastos de capital em algumas áreas da economia, pelo menos até que os promotores e auditores concluam seus trabalhos. O real já perdeu 30% do seu valor em relação ao dólar desde maio de 2013, uma desvalorização necessária, mas que vai se somar à pesada carga dos US\$ 40 bilhões de dívida externa de empresas brasileiras cujos prazos para resgate vencem este ano.

Escapar deste lodaçal será difícil mesmo com uma liderança política forte. Dilma Rousseff, contudo, é fraca. Ela venceu a eleição por uma margem muito estreita. Sua base po-

lítica está desmoronando. De acordo com o Datafolha, seus índices de aprovação caíram de 42% em dezembro para 23% este mês. Dilma também é prejudicada pela deterioração da economia e pelo escândalo da Petrobrás, ligado a propinas de pelo menos US\$ 1 bilhão pagas a políticos do Partido dos Trabalhadores e membros da sua coalizão. Durante grande parte do período a que se refere esse escândalo Dilma Rousseff presidiu o conselho de administração da Petrobrás. Para o Brasil conseguir recuperar alguns benefícios no seu segundo mandato, Dilma precisará encaminhar o País numa direção inteiramente nova.

Levy virá em socorro?

Em grande parte, os problemas do Brasil foram provocados pelo próprio País. No seu primeiro mandato, Dilma Rousseff adotou um capitalismo estatal tropical que envolveu frouxidão fiscal, contas públicas opacas, uma política industrial que debilitou a competitividade e intromissão presidencial na política monetária. No ano passado sua campanha pela reeleição viu dobrar o déficit fiscal para 6,75% do Produto Interno Bruto (PIB).

Dilma pelo menos reconheceu que o Brasil necessita de políticas mais favoráveis às empresas se o objetivo é manter o grau de investimento e o País voltar a crescer. Essa percepção é personificada pelo novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, economista formado em Chicago e banqueiro, além de um dos raros economistas liberais do País. Mas como no passado o Brasil não tentou resolver prontamente as distorções macroeconômicas, Levy está às voltas com a armadilha da recessão.

Para estabilizar a dívida pública bruta, ele prometeu um colossal aperto



fiscal de quase 2 pontos porcentuais do PIB este ano, com abolição dos subsídios para eletricidade e o restabelecimento do imposto sobre o combustível. Ambas as medidas ajudaram a empurrar a inflação para 7,4%. Ele também pretende reduzir os empréstimos subsidiados por bancos públicos para beneficiar setores e empresas.

A letárgica estagnação na qual o País mergulhou em 2013 vem se transformando numa recessão em grande escala

Teoricamente o Brasil compensaria este aperto fiscal com uma política monetária mais frouxa. Mas, diante do histórico passado de hiperinflação do País, como também de erros mais recentes – o Banco Central cedeu ao desejo da presidente, ignorou sua meta de inflação e tola mente reduziu a taxa referencial em 2011/12 – o espaço de ma-

nobra hoje é limitado. Com a inflação acima da meta, o Banco Central não pode reduzir sua taxa básica em relação ao seu nível atual de 12,25% sem correr o risco de nova perda de credibilidade e corroer a confiança do investidor. Um aperto fiscal e taxas de juros altas significam mais sofrimento para famílias e empresas brasileiras e um retorno mais lento ao crescimento.

O que torna o ajuste perigoso é a fragilidade política da própria Dilma Rousseff. Oficialmente, ela conquistou uma maioria legislativa confortável, embora reduzida, na eleição de outubro. Mas o PT já vem protestando contra as medidas fiscais de Levy – em parte porque a campanha não estabeleceu as bases para elas. Dilma Rousseff sofreu uma derrota esmagadora em 1.º de fevereiro na eleição para o cargo politicamente poderoso de presidente da Câmara dos Deputados. Eduardo Cunha, que venceu o candidato do PT, seguirá a sua própria agenda, e não a dela. O Brasil poderá entrar num período de governo quase parlamentar e esta não será a primeira vez.

O País enfrenta assim seu maior teste desde os anos 90. Os riscos são claros. Recessão e receitas fiscais em queda podem debilitar o ajuste preconizado por Levy. Qualquer recuo poderá levar a uma corrida ao real e um rebaiamento da nota de crédito do País, elevando os custos de financiamento para governo e empresas. E se as manifestações em massa de 2013 contra a corrupção e os mediocres serviços públicos se repetirem, Dilma pode estar condenada.

Fazer da fragilidade oportunidade

Mas a fragilidade da presidente também é uma oportunidade – para Levy em particular. Ele agora é indispensá-

vel. Pode estabelecer uma ponte para Cunha, deixando claro que, se o Congresso tentar cobrar um preço no Orçamento para dar seu apoio, isso acarretará cortes de todas as áreas. A recuperação da responsabilidade fiscal precisa ser duradoura para obter a confiança das empresas e um retorno dos investimentos. Quanto mais cedo o ajuste fiscal se impuser, mais cedo o Banco Central poderá começar a reduzir as taxas de juro.

Mas é necessário mais para o Brasil voltar a registrar um crescimento rápido e sustentável. Pode ser demais esperar que Dilma Rousseff ordene uma revisão das arcaicas leis trabalhistas que ajudaram a estrangular a produtividade, mas ela deveria pelo menos tentar simplificar os impostos e reduzir a burocracia estúpida. Há sinais tímidos de que o governo vai rever sua política industrial e deve estimular mais o comércio internacional, numa economia que ainda é superprotegida.

O Brasil não é o único membro dos Brics, grupo das grandes economias emergentes, a se ver em apuros. A economia da Rússia, em particular, tem sido golpeada por guerras, sanções e dependência do petróleo. Apesar de todos os seus problemas, o Brasil não está numa enrascada tão grande como a Rússia. O País tem um setor privado diversificado e instituições democráticas robustas. Mas seus problemas são mais profundos do que muita gente se dá conta. O momento de solucioná-los é agora.

*
THE ECONOMIST, TRADUZIDO POR TEREZINHA MARTINO, PUBLICADO SOB LICENÇA. O ARTIGO ORIGINAL, EM INGLÊS, PODE SER ENCONTRADO EM WWW.THEECONOMIST.COM

A Belíndia empresarial brasileira

Empresas do País enfrentam vários problemas, mas a má administração é uma grande razão para o desempenho inferior

*
SCHUMPETER

©2015 THE ECONOMIST NEWSPAPER LIMITED.
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Os brasileiros constituem quase 3% da população do planeta e são responsáveis por cerca de 3% de sua produção. Mas no ranking “Global 500” das maiores companhias por faturamento em 2014 da revista *Fortune*, somente sete, ou 1,4%, eram do Brasil, ante oito em 2013. E na lista das 2 mil empresas mais valiosas do mundo da *Forbes*, apenas 25, ou 1,3%, eram brasileiras. A maior “estrela” corporativa do Brasil, Petrobrás, está atolada em escândalos, sua dívida degradada para a condição de alto risco. Em 1974, o economista Edmar Bacha descreveu a economia brasileira como “Belíndia”, uma ilha de prosperidade do tamanho da Bélgica num mar de pobreza como o da Índia. De lá para cá, o Brasil se deu muito melhor do que a Índia na mitigação da pobreza, mas em termos empresariais, ainda tem um problema de Belíndia: um punhado de empresas de classe mundial num mar de empresas mal geridas.

As empresas brasileiras enfrentam vários problemas: burocracia, regras tributárias complexas, infraestrutura precária e uma carência de trabalhadores especializados – para não falar da estagnação econômica. Mas uma grande razão para o desempenho inferior é menos considerada: a má administração. Desde 2004, John van Reenen, da London School of Economics, e seus colegas analisaram 11.200 empresas de médio porte em 34 países, classificando-as numa escala de cinco pontos baseada em quão bem elas monitoram suas operações, estabelecem metas e premiam o desempenho. A pontuação média das empresas brasileiras, de 2,7, é semelhante à da China e um pouco superior à da Índia. Mas o Brasil fica atrás do Chile (2,8) e do México (2,9). Os Estados Unidos lideram o grupo

com 3,3. As melhores empresas brasileiras pontuaram tão bem como as melhores americanas, mas sua longa cauda de má administradas é maior.

Parte da explicação é que as empresas de médio e grande portes tendem a ser mais bem organizadas do que as pequenas, e não só porque as bem geridas são mais propensas a crescer. O Brasil oferece muitos incentivos para permanecer fragmentado, como tratamento fiscal preferencial para empresas com um faturamento de não mais de R\$ 3,6 milhões. À medida que se expandem, muitas empresas preferem se dividir a enfrentar um aumento do escrutínio fiscal. Segundo o Banco Mundial, uma empresa de médio porte brasileira gasta 2.600 horas para declarar impostos a cada ano. No México, são 330 horas.

As normas de propriedade também entram na conta. Muitas empresas brasileiras são controladas por um acionista individual, ou uma ou duas famílias. Dois terços das que vendem mais de US\$ 1 bilhão por ano são familiares, nota Heinz-Peter Elstrod, da consultoria McKinsey. Isso é menos do que no México (96%) ou Coreia do Sul (84%), mas mais do que nos Estados Unidos ou Europa. A pesquisa de Van Reenen mostra que onde proprietários familiares optam por diretores-presidentes de fora, suas empresas não se saem pior do que outras de tamanho similar com acionistas mais diversificados. Com muita frequência, porém, elas preferem parentes a gestores profissionais – e o desempenho sofre. Isso vale particularmente em sociedades de “baixa confiança” como o Brasil, onde os donos contratam parentes em vez de estranhos mais bem qualificados para evitar serem roubados ou processados por infringirem leis trabalhistas muito favoráveis aos trabalhadores.



Bandeira em Brasília. Governo lança boias de salvação a empresários

Décadas de conturbação econômica – que terminaram quando a hiperinflação foi vencida em 1994 – obrigaram as empresas brasileiras a serem ágeis. Mas também encorajaram a lógica do curto prazo, que consultores de gestão e acadêmicos apontam como o maior pecado de gestores brasileiros. Diante de uma seca recorde em 2014, e uma

Os empresários continuam a gastar horas em reuniões com políticos que poderiam ser mais bem utilizadas

subsequente alta nos preços da energia num país dependente da energia hidrelétrica, a siderúrgica Usiminas diminuiu a produção de aço e começou a vender a energia barata que havia comprado em contratos de longo prazo. As vendas de energia constituíram a maior parte de seus lucros operacionais nesse ano. Esses artifícios de curto

prazo dificilmente serão o caminho para a grandeza no longo prazo.

Pior, a gestão de crise com muita frequência consiste em procurar o governo de chapéu na mão. Os empresários brasileiros continuam a gastar horas em reuniões com políticos que poderiam ser mais bem utilizadas melhorando suas empresas. Em janeiro de 2014, quando as vendas de veículos caíram, a reação instintiva do setor automotivo foi ir à capital, Brasília, e pedir uma prorrogação de seus dispendiosos incentivos fiscais. Graças às boias de salvação lançadas pelo Estado, empresas fracas conseguem flutuar em vez de afundar e deixar espaço para competidoras mais ágeis. Protegidas da competição por tarifas, subsídios e regras de conteúdo local, elas têm poucos motivos para inovar. Um dispositivo inventado localmente que permite que carros rodem tanto com gasolina como com etanol é excelente. Mas, pergunta Marcos Lisboa do Insper, um instituto de formação em administração,

isso realmente justifica seis décadas de amparo público à indústria automobilística?

A mão morta do governo

Aliás, um olhar na ponta “belga” do panorama corporativo brasileiro sugere que empresas bem-sucedidas se acumulam em setores em que o Estado não tentou desesperadamente ajudar, como varejo ou finanças. O Bradesco, um grande banco, é internacionalmente elogiado como pioneiro da automação bancária. A cada mês, a Arezzo cria 1 mil novos modelos de sapatos femininos, e escolhe 170 para vender em suas lojas.

Outros vencedores mundiais do Brasil estão em setores como agricultura e aeroespacial, que estão livres para competir no País e no exterior, e nos quais o governo se mantém no papel que lhe cabe. Em 1990, as fazendas tiveram permissão para se consolidar e comprar máquinas, pesticidas e fertilizantes estrangeiros. Esforços de negociadores comerciais brasileiros abriram mercados para exportação. A JBS, uma gigante no setor de carnes, pode abater 100 mil cabeças de gado por dia, vendendo mais carne bovina do que qualquer rival mundial. Graças em parte à Embrapa, a agência nacional de pesquisa agrícola, as lavouras brasileiras vêm aumentando a produtividade em cerca de 4% ao ano há duas décadas. Um forte suprimento de engenheiros preparados e know-how do Instituto Tecnológico da Aeronáutica do governo ajudou a transformar a Embraer, privatizada em 1994, em uma das fabricantes de aviões mais bem-sucedidas do mundo.

Os êxitos de empresas como essas oferecem uma lição para o Estado. A melhor maneira de tornar mais competitivas as empresas com fraco desempenho do Brasil seria fazê-las competir mais. Os afagos do Estado podem ser mais uma maldição do que uma bênção. A máxima de Ronald Reagan de que as nove palavras mais aterrorizantes da língua inglesa são “Eu sou do governo, e estou aqui para ajudar” se traduzem bem em flamengo, hindi e português.

*
THE ECONOMIST, TRADUZIDO POR CELSO PACIORNIK, PUBLICADO SOB LICENÇA. O ARTIGO ORIGINAL EM INGLÊS PODE SER ENCONTRADO EM THEECONOMIST.COM